PREFEITURA DE ARAGUAÍNA
A CAPITAL ECONÔMICA DO TOCANTINS

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS

ANO XIII - SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2024 - Nº 2.959



SUMÁRIO

ATOS DO EXECUTIVO 1
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO 1
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 3
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA, E LAZER 3
SECRETARIA DA FAZENDA 3
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 7
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO 10
SECRETARIA DE SAÚDE 15
SEMED - UNIDADE ESCOLARES 16
PUBLICAÇÃO PARTICULAR 16

Prefeitura de Araguaína

Gabinete do Prefeito

Imprensa Oficial
http://diariooficial.araguaina.to.gov.br/
Avenida José de Brito Soares, lote 07, Quadra WZ
Setor Anhanguera - Araguaína, Tocantins
Telefone: (63) 3411-7022 / 9949-6218
E-mail: diario.oficial@araguaina.to.gov.br

ATOS DO EXECUTIVO

PORTARIA 122, DE 24 DE JANEIRO DE 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei Orgânica do Município, pelo art. 37, inciso V da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município de Araguaína.

CONSIDERANDO o art. 35, da Lei Municipal nº 1.323/93, em que a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do funcionário ou de oficio;

CONSIDERANDO o formulário de solicitação para exoneração de cargo efetivo, do servidor ANDRE SANTOS MOREIRA, matricula: 46983 nos termos do protocolo servidor nº 345/2024, conforme a tramitação digital pela plataforma eletronica (1Doc).

R E S O L V E:

Art.1º- EXONERAR, a pedido, a partir de 25 de janeiro de 2024, o servidor ANDRE SANTOS MOREIRA do cargo efetivo de ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, lotado na Sec. Mul. De Saúde;

Art. 2º - Determinar à Superintendência de Gestão de Pessoas para que proceda com as anotações devidas;

Art. 3º - Declarar vacância do cargo mencionado no artigo primeiro.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 25 de janeiro de 2024.

WAGNER RODRIGUES BARROS
Prefeito de Araguaína

PORTARIA 125, DE 25 DE JANEIRO DE 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei Orgânica do Município, pelo art. 37, inciso V da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município de Araguaína.

CONSIDERANDO o inciso VII, do art. 34, da Lei Municipal nº1323/93, em que a vacância do cargo público decorrerá de falecimento;

CONSIDERANDO a Certidão de Óbito do servidor JOSE LUIZ VIEIRA LEMOS;

R E S O L V E:

Art. 1º - DECLARAR vacância do cargo público em virtude do falecimento do servidor JOSE LUIZ VIEIRA LEMOS, a partir do dia 13 de janeiro de 2024, do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Mul. Infraestrutura.

Art. 2º - Determinar à Superintendência de Gestão de Pessoas para que proceda com as anotações devidas;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, com efeitos retroativos ao dia 13 de janeiro do ano corrente.

WAGNER RODRIGUES BARROS
Prefeito de Araguaína

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2021

PROCESSO N.º 2021001361
CONTRATO N.º 002/2021
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração
CONTRATADA: TOLEDO FIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência, do Contrato nº 002/2021, prestação de serviços de INTERNET em protocolo TCP/IP e de VPN com protocolo IP/MPLS (Virtual Private Network Internet Protocol / Multiprotocol Label Switching); transmissão e recepção de dados - de forma redundante com Ponto de Troca de Trafego (PTT) de forma tridimensional. Que permita o tráfego de informações exclusivamente por meio de fibra ótica entre localidades a nível municipal simultaneamente, incluindo ponto de concentração

GRACE ANNE CARVALHO LUCENA SOUZA:86093029115
Assinado de forma digital por GRACE ANNE CARVALHO LUCENA SOUZA:86093029115
Dados: 2024.01.29 13:03:02 -03'00'

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

(BackBone), pontos de conexão primários e secundários; acesso à rede mundial de computadores (Internet) em redundância, com Ponto de Troca de Trafego (PTT) de forma tridimensional, utilizando rotas alternativas geograficamente distintas entre concentradores; de segurança de acesso, dados e monitoramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Incluindo implantação, instalação, equipamentos em forma de comodato, manutenção, monitoramento e serviços técnicos IN LOCO.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Ata de Registro de Preços/Pregão Presencial.
VALOR: R$ 23.880,00 (vinte e três mil oitocentos e oitenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 25/01/2024
VIGÊNCIA: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato por até 12 (doze) meses a contar da data de 01/02/2024, podendo ser rescindido em virtude da assinatura de nova contratação oriunda de nova licitação que porventura venha a ser realizada, respeitadas as determinações do art. 57, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: F.P: 04.122.2006.2.327– E.D: 3.3.90.40.13 – FICHA: 20240875 – FONTE: 15000000010000.
SIGNATÁRIO: Secretária Municipal de Administração.

Araguaína – Estado do Tocantins, 25 de janeiro de 2024.

Publique-se

REJANE MOURÃO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Portaria nº 04/2021

ATA DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA N° 014/2023

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2024, nesta cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, no auditório da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Prefeitura Municipal de Araguaína, situada na Rua 25 de Dezembro nº 307, Centro, reuniram-se a partir das 08h:00min, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação, Washington Luiz Pereira de Sousa – Presidente, Lucas da Silva Oliveira – Membro e Ryane Alencar Cunha - Membro; abaixo assinados, encarregados nos termos do Processo de licitação nº 2023021551, da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, para proceder à abertura e julgamento da Concorrência nº 014/2023, Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de LIMPEZA, COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - 2ª ETAPA - no Município de Araguaína, Estado do Tocantins, destinado a atender a demanda da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, especificamente da SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, com a finalidade do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta, consoante determinado no correspondente edital.

DO CREDENCIAMENTO:
Iniciados os trabalhos, o Presidente solicitou a entrega da documentação de credenciamento dos participantes, e que após analisada pela Comissão, e pelos licitantes, atestou o credenciamento das empresas abaixo relacionadas:

EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE LEGAL
AOT AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS LTDA	10.338.548/0001-08	CASSIO OLIVEIRA LEAL
LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA	62.011.788/0001-99	GERALDO FERNANDES DA CUNHA
MP EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES DE MÁQUINAS EIRELI	04.022.585/0001-00	SEM REPRESENTANTE
NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA	14.214.776/0001-19	ADRIANA DE SOUZA SANTOS

A Comissão solicitou a entrega dos Envelopes de Habilitação e de Proposta, e logo após esse recebimento, a Comissão procedeu com a abertura dos envelopes de documentação, rubricando os documentos e oferecendo-os à rubrica dos licitantes participantes.

DA HABILITAÇÃO
Nesta fase o Presidente da Sessão não inabilitou nenhuma empresa. Após abertos os envelopes de habilitação, o presidente da comissão, passou os documentos para análise e assinatura dos licitantes. A comissão decidiu scannear toda a documentão e posteriormente disponibilizá-la, em até 5 (cinco) dias úteis, para todos os licitantes a analisarem com mais critérios e enviarem suas alegações, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o e-mail licitacoes.secad@araguaina.to.gov.br. Em seguida franqueou a palavra aos representantes, mas estes não quiseram fazer nenhuma alegação.

DAS PROPOSTAS
Os envelopes de Proposta das empresas participantes recebidos nesta sessão foram rubricados pelos membros da comissão e pelos licitantes e permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Comissão até o momento de sua abertura.

DO ENCERRAMENTO
A Comissão decide pela suspensão dos trabalhos para análise técnica das habilitações apresentadas, a ser realizada pelo setor técnico da Secretaria de Infraestrutura. E após a referida análise da documentação, a Comissão de Licitação publicará o resultado no Diário Oficial do Município e o enviará no e-mail dos licitantes participantes. Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada em conforme, vai assinada pelo Presidente, membros da Comissão Permanente de Licitação e licitantes presentes.

Araguaína – TO, 29 de janeiro de 2024

Washington Luiz Pereira de Sousa
Presidente

Lucas da Silva Oliveira
Membro

Ryane Alencar Cunha
Membro

Cassio Oliveira Leal
AOT AMBIENTAL E EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS LTDA

Geraldo Fernandes da Cunha
LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA

Adriana de Souza Santos
NORTE AMBIENTAL TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

ATA DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO
(JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO)
DA TOMADA DE PREÇOS N.º 015/2023

Ata da Sessão de Habilitação (Julgamento da Documentação) apresentada na TOMADA DE PREÇOS N.º 015/2023, referente à Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de Quadra Poliesportiva Coberta no Setor Parque Bom Viver, no município de Araguaína/TO, realizada em 29 de janeiro de 2024 às 10h:30min, no auditório da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Prefeitura Municipal de Araguaína, situada na Rua 25 de Dezembro, n° 307, Centro. A Comissão Permanente de Licitação, constituída através da Portaria n° 182, de 29 de março de 2023, integrada por Washington Luiz Pereira de Sousa, Lucas da Silva Oliveira e Ryane Alencar Cunha, sobre a presidência do primeiro, e de posse do parecer técnico emitido pelo Senhor Jairo Santos Cordeiro Cavalcanti - Engenheiro Civil do município, desta forma a comissão julgou HABILITADAS às empresas:

• MARTINS CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 40.172.148/0001-28;
• R N CONSTRUÇÕES DE EDIFICIOS LTDA-EPP; CNPJ: 10.576.869/0001-32;
• CONSTRUTORA ENGNORTE LTDA-EPP; CNPJ: 27.976.907/0001-47; e
• D LUCENA CONSTRUTORA LTDA; CNPJ: 26.972.412/0001-87.

Após análise realizada pela Comissão Permanente de Licitação e de posse do parecer técnico a Comissão Permanente de Licitação, julgou INABILITADA a empresa, pelo motivo abaixo:

• CRPP CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ: 17.645.465/0001-00, por apresentar CRQ divergente ao verificado no site do CREA;

O resultado do presente julgamento será publicado no Diário Oficial do Município, e encaminhado via e-mail aos licitantes participantes. A Comissão Permanente de Licitação abre o prazo para interposição de recursos previsto no Artigo 109, §1, alínea A, da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente encerrou a Sessão, cuja ata é assinada pelos seus integrantes.

Araguaína - TO, 29 de janeiro de 2024.

Washington Luiz Pereira de Sousa
Presidente

Lucas da Silva Oliveira
Membro

Ryane Alencar Cunha
Membro

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 22 DE 26 DE JANEIRO DE 2024

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 06, de 01 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1° - REDUZIR a pedido, a carga horária da servidora efetiva abaixo relacionadas, de 40(quarenta) horas semanais, para 20(vinte) horas semanais, a partir de 01/02/2024;

Ordem	Matricula	Nome	Cargo
01	46199	LIVIA GONÇALVES E SILVA	PROFESSOR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

ELIZÂNGELA SILVA DE SOUSA MOURA
Secretária Municipal de Educação
Port. nº 06/2021

SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA, E LAZER

PORTARIA Nº 011 DE 18 DE JANEIRO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas pertinentes, pelo presente.

Considerando os princípios que norteiam a Administração Pública, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e razoabilidade;

Considerando a necessidade de regulamentação a ser concedido de Apoio à cultura em Araguaína;

Considerando que é de interesse da Secretaria a divulgação e participação de artistas da área cultural cidade na 16ª edição do Festival de Teatro de Governador Valadares no Estado de Minas Gerais com o espetáculo “UM MINUTO PRA DIZER QUE TE AMO”, no período de 18 a 21 de janeiro do corrente ano na cidade Governador Valadares no Estado de Minas Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a concessão de “ Auxílio Financeiro” aos artistas:

 Eunice Albano: R$ 3.846,67 (três mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos).
 José Caetano Moraes: R$ 3.846,67 (três mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos).
 João Pedro Albano: R$ 3.846,66 (três mil oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

O artítas irão participar do festival supracitado e a despesa ocorrerá pela Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 25.2501.0159.2357; Elemento de Despesa: 339048; Ficha: 20241768 ; Fonte: 15000000010000 de acordo com o processo nº 2024001311.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edson Carvalho Alencar
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer
Portaria Nº 415/2023

PORTARIA DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2024 DE 24 DE JANEIRO DE 2024

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTUIRA E LAZER, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas pertinentes, pela presente portaria nº 415/2023, de 02/10/2023.

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a Administração Pública, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e razoabilidade;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº138/2022 que dispõe sobre as normas e orientações para contratação e execução de despesas sob a forma de dispensa de licitação e inexigibilidade, decorrente da lei Federal 14.133/2021, no âmbito da administração pública do município de Araguaína-TO;

CONSIDERANDO a indicação do Departamento de Compras, externando a possibilidade da contratação de serviços de fornecimento de ENERGIA ELÉTRICA, por meio de Inexigibilidade de licitação;

CONSIDERANDO que a empresa ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, única fornecedora possível dos serviços de energia elétrica no estado do Tocantins, enquadra-se em contratação por inexigibilidade de licitação, conforme declaração de exclusividade.

CONSIDERANDO a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com compromisso a ser assumido, conforme estipulado na Lei de licitações e contratos nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 043/2024, emitido pela Procuradoria Municipal, pela legalidade da presente despesa por meio de inexigibilidade de licitação;

RESOLVE:

Art. 1º - RATIFICAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fundamento no art.74, INCISO I da Lei 14.133/2021, objetivando em favor da empresa ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, inscrita sob o CNPJ nº 25.086.034/0001-71, para contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica, pelo prazo de 12 (doze) meses, pelo valor total estimado de R$ 298.555,92 (Duzentos e noventa e oito mil, quinquentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos) cuja despesa correrá por conta da Funcional Programática: 25.2501.04.122.2006.2569 , elemento despesa: 33903943, Ficha : 20241746, Fonte: 15000000010000 – Recursos não vinculados de Impostos – PRÓPRIO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPALDE ESPORTE, CULTURA E LAZER, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de janeiro de 2024.

EDSON CARVALHO ALENCAR
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer
Portaria nº 415/2023

SECRETARIA DA FAZENDA

AVISO DE DISPENSA Nº 001/2024 – LEI Nº 14.133/2021

AVISO DE DISPENSA N. º 007/2023 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021, ART.75 § 3º, E DECRETO MUNICIPAL 138 DE 15 DE AGOSTO DE 2022.

O Município de Araguaína, neste ato representado pela Secretaria Municipal da Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Nacional de licitações n. º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar CONTRATAÇÃO de empresa especializada em fornecimento refeições tipo “marmitex” com peso médio não inferior a 900 gramas”, acondicionada em embalagem de isopor com divisória, contendo: arroz, feijão, carne (bovina, suína, peixe, frango), salada crua, com no mínimo 02(duas) guarnições (legumes, macarrão, farofa, entre outros). A ser entregues no local de acordo e quantidade de pessoas estabelecidos na autorização de fornecimento, para suprir a necessidade desta secretaria, no decorrer do ano no que tange o calendário fiscal e as urgências que

ocorrem nesta secretaria, Município de Araguaína -Tocantins.

Com intuito de atender as demandas desta pasta, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Contratações da Secretaria Municipal da Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação, Rua Ademar Vicente Ferreira, 1155, segundo piso, Centro, Araguaína - TO – CEP – 77.804-120, no horário das 08:00 às 18:00, em dias uteis de segunda a sexta ou pelo E-mail: diretoria-administrativa.sefaz@araguaina.to.gov.br até a data limite.

Araguaína, 29 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACCHI PINOTTI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Processo nº: 2023017388
Interessado: Marcia Helena Ferreira
Assunto: Não Incidência – Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 0004 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial almejando o reconhecimento da não incidência da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo;

Considerando o Parecer Técnico emitido pelo departamento de Limpeza Urbana nº 192/2023, emitido pelo servidor público Letícia Cortez de Oliveira (fls. 16/18);

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 000038/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo nos moldes do disposto no Relatório Administrativo de fl. 14/15, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57314, 57319, 57394, 57498, 57499, 57603, 57604, 57607, 57611 e 57617, relativo ao(s) exercício(s) de 2016 a 2023, ante a inexistência da coleta de lixo na localidade, pela falta de trafegabilidade da rua qual pertence(m) o(s) imóvel(is), devendo ser realizado o cancelamento de toda e qualquer cobrança realizada, assim como aos protestos extrajudiciais e/ou processos judiciais (execução fiscal) eventualmente ajuizados, em especial a Ação de Execução Fiscal nº 0017305-34.2022.8.27.2706 (CDA's nº 20220042004, 20220042009, 20220042080, 20220042156, 20220042157, 20220042188, 20220042189, 20220042192, 20220042196 e 20220042202);

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57314, 57319, 57394, 57498, 57499, 57603, 57604, 57607, 57611 e 57617 ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo dever á ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao ARQUIVO, com as cautelas e anotações de praxe.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 10 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2023017389
Interessado: Marcia Helena Ferreira
Assunto: Não Incidência – Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 0005 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial almejando o reconhecimento da não incidência da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo;

Considerando o Parecer Técnico emitido pelo departamento de Limpeza Urbana nº 193/2023, emitido pelo servidor público Letícia Cortez de Oliveira (fls. 16/18);

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 000039/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo nos moldes do disposto no Relatório Administrativo de fl. 14/15, em relação ao(s) imóvel(is) n° 36376, 54844, 56158, 56773, 57310, 57379, 57380, 57389, 57502 e 57506, relativo ao(s) exercício(s) de 2016 a 2023, ante a inexistência da coleta de lixo na localidade, pela falta de trafegabilidade da rua qual pertence(m) o(s) imóvel(is), devendo ser realizado o cancelamento de toda e qualquer cobrança realizada, assim como aos protestos extrajudiciais e/ou processos judiciais (execução fiscal) eventualmente ajuizados, em especial a Ação de Execução Fiscal nº 0017305-34.2022.8.27.2706 (CDA's nº 20220041799, 20220041948, 20220041954, 20220041961, 20220042001, 20220042065, 20220042066, 20220042075, 20220042160 e 20220042164

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, em relação ao(s) imóvel(is) n° 6376, 54844, 56158, 56773, 57310, 57379, 57380, 57389, 57502 e 57506 ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo dever á ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao ARQUIVO, com as cautelas e anotações de praxe.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 10 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2023017390
Interessado: Marcia Helena Ferreira
Assunto: Não Incidência – Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 0006 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial almejando o reconhecimento da não incidência da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo;

Considerando o Parecer Técnico emitido pelo departamento de Limpeza Urbana nº 194/2023, emitido pelo servidor público Letícia Cortez de Oliveira (fls. 16/18);

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 000040/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo nos moldes do disposto no Relatório Administrativo de fl. 14/15, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57302, 57303, 57467, 57477, 57479, 57480, 57481, 57484 e 57485, relativo ao(s) exercício(s) de 2016 a 2023, ante a inexistência da coleta de lixo na localidade, pela falta de trafegabilidade da rua qual pertence(m) o(s) imóvel(is), devendo ser realizado o cancelamento de toda e qualquer cobrança realizada, assim como aos protestos extrajudiciais e/ou processos judiciais (execução fiscal) eventualmente ajuizados, em especial a Ação de Execução Fiscal nº 0017305-34.2022.8.27.2706 (CDA's nº 20220041993, 20220041994, 20220042125, 20220042135, 20220042137, 20220042138, 20220042139, 20220042142 e 20220042143;

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57314, 57319, 57394, 57498, 57499, 57603, 57604, 57607, 57611 e 57617 ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo dever á ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao ARQUIVO, com as cautelas e anotações de praxe.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em

Araguaína, Estado do Tocantins, em 10 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2023017391
Interessado: Marcia Helena Ferreira
Assunto: Não Incidência – Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 0007 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial almejando o reconhecimento da não incidência da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo;

Considerando o Parecer Técnico emitido pelo departamento de Limpeza Urbana nº 195/2023, emitido pelo servidor público Letícia Cortez de Oliveira (fls. 16/18);

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 000041/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo nos moldes do disposto no Relatório Administrativo de fl. 14/15, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57482, 57483, 57490, 57491, 57492, 57493, 57494, 57495, 57496, e 57497, relativo ao(s) exercício(s) de 2016 a 2023, ante a inexistência da coleta de lixo na localidade, pela falta de trafegabilidade da rua qual pertence(m) o(s) imóvel(is), devendo ser realizado o cancelamento de toda e qualquer cobrança realizada, assim como aos protestos extrajudiciais e/ou processos judiciais (execução fiscal) eventualmente ajuizados, em especial a Ação de Execução Fiscal nº 0017305-34.2022.8.27.2706 (CDA's nº 20220042140, 20220042141, 20220042148, 20220042149, 20220042150, 20220042151, 20220042152, 20220042153, 20220042154, 20220042155);

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57482, 57483, 57490, 57491, 57492, 57493, 57494, 57495, 57496, e 57497 ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo dever á ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao ARQUIVO, com as cautelas e anotações de praxe.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 10 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2023017392
Interessado: Marcia Helena Ferreira
Assunto: Não Incidência – Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 0008 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial almejando o reconhecimento da não incidência da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo;

Considerando o Parecer Técnico emitido pelo departamento de Limpeza Urbana nº 196/2023, emitido pelo servidor público Letícia Cortez de Oliveira (fls. 15/17);

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 000042/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo nos moldes do disposto no Relatório Administrativo de fl. 14/15, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57112, 57325, 57330, 57469, 57470, 57475, 57476, 57488 e 57489, relativo ao(s) exercício(s) de 2016 a 2023, ante a inexistência da coleta de lixo na localidade, pela falta de trafegabilidade da rua qual pertence(m) o(s) imóvel(is), devendo ser realizado o cancelamento de toda e qualquer cobrança realizada, assim como aos protestos extrajudiciais e/ou processos judiciais (execução fiscal) eventualmente ajuizados, em especial a Ação de Execução Fiscal nº 0017305-34.2022.8.27.2706 (20220041979, 20220042015, 20220042020, 20220042127, 20220042128, 20220042133, 20220042134, 20220042146 e 20220042147);

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57112, 57325, 57330, 57469, 57470, 57475, 57476, 57488 e 57489 ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo dever á ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao ARQUIVO, com as cautelas e anotações de praxe.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 10 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2023017393
Interessado: Marcia Helena Ferreira
Assunto: Não Incidência – Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 0009 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial almejando o reconhecimento da não incidência da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo;

Considerando o Parecer Técnico emitido pelo departamento de Limpeza Urbana nº 197/2023, emitido pelo servidor público Letícia Cortez de Oliveira (fls. 17/19);

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 000043/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo nos moldes do disposto no Relatório Administrativo de fl. 14/15, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57313, 57386, 57471, 57472, 57473, 57474, 57486, 57487, 57500, 57602, relativo ao(s) exercício(s) de 2016 a 2023, ante a inexistência da coleta de lixo na localidade, pela falta de trafegabilidade da rua qual pertence(m) o(s) imóvel(is), devendo ser realizado o cancelamento de toda e qualquer cobrança realizada, assim como aos protestos extrajudiciais e/ou processos judiciais (execução fiscal) eventualmente ajuizados, em especial a Ação de Execução Fiscal nº 0017305-34.2022.8.27.2706 (CDA's nº 20220042142, 20220042072, 20220042129, 20220042130, 20220042131, 20220042132, 20220042144, 20220042145 e 20220042158);

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, em relação ao(s) imóvel(is) n° 57313, 57386, 57471, 57472, 57473, 57474, 57486, 57487, 57500, 57602 ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo dever á ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao ARQUIVO, com as cautelas e anotações de praxe.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 10 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2021003304
Interessado: Adriano Aparecido Teodoro de Souza
Assunto: Avaliação Contraditória

DESPACHO Nº 0018 / GAB – 2024

Considerando o requerimento inicial e toda a documentação acostada ao mesmo;

Considerando o disposto no Despacho Administrativo nº 000554/2023, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

DEFERIR o pedido de AVALIAÇÃO CONTRADITÓRIA e determinar a realização do LANÇAMENTO SUBSTITUTIVO do IPTU referente ao exercício fiscal de 2015 a 2023 do imóvel nº 54955, 54957 e 54958, nos moldes do disposto no despacho da Coordenação de IPTU de fls. 30/35, em cumprimento ao disposto no artigo 11, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 008/2013.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao departamento competente para as providências que se fizerem necessárias.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA e INOVAÇÃO em Araguaína, Estado do Tocantins, em 23 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº :2021015658
Interessado(a) :Edson Tavares de Sousa
Assunto : Reconhecimento de Prescrição – LIXO

DESPACHO Nº 24 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial e toda documentação acostada referente a tributo incidente sobre o imóvel de inscrição nº 23330;

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 00070/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2004 a 2015, ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo deverá ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao departamento competente para as providências que se fizerem necessárias.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 25 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACCHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº :2023024363
Interessado(a) :Antonio Pinheiro Sobrinho
Assunto :Reconhecimento de Prescrição – LIXO

DESPACHO Nº 25 / GAB – 2024

Tendo em vista o requerimento inicial e toda documentação acostada referente a tributo incidente sobre o imóvel de inscrição nº 25461;

Considerando o disposto no Relatório Administrativo nº 00060/2024, gerado pela Coordenação de IPTU desta Secretaria Municipal da Fazenda;

RESOLVO:

RECONHECER a PRESCRIÇÃO da TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO, relativo ao(s) exercício(s) de 2013 a 2015, ante a confirmação de inexistência de causa interruptiva ou suspensiva, ocasião em que o processo deverá ser encaminhado ao setor competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município e, após o prazo recursal, ENCAMINHEM-SE os autos ao departamento competente para as providências que se fizerem necessárias.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em Araguaína, Estado do Tocantins, em 25 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACCHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

Processo nº: 2024001939
Interessada: Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Madureira
Assunto: Imunidade de IPTU e Isenção de Taxa de Lixo

DESPACHO Nº 26 / GAB – 2024

Tendo em vista o disposto no requerimento e todos os documentos juntados, almejando o reconhecimento da imunidade do IPTU e isenção da Taxa de Coleta e Remoção de Lixo Domiciliar, respectivamente nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal e na conformidade da Lei Complementar Municipal nº 058, de 30 de dezembro de 2017;

Considerando, nos termos solicitados, a confecção do Parecer Administrativo nº 001/2024 – SEFAZ, cuja opinião foi favorável ao deferimento do pedido inicial formulado;

RESOLVO:

RECONHECER a ISENÇÃO DA TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE LIXO DOMICILIAR e a IMUNIDADE TRIBUTÁRIA relativa ao IPTU, sobre o imóvel matriculado sob o nº 106.610, discriminado na Certidão de Inteiro Teor acostada à fl. 33, propriedade da IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO DE MADUREIRA EM ARAGUAÍNA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.065.087/0001-06, ocasião em que os autos deverão ser remetidos ao departamento competente para as providências que se fizerem necessárias.

PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial do Município, juntando-se cópia nos autos.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA em Araguaína, Estado do Tocantins, em 26 de janeiro de 2024.

LEANDRO SACCHI PINOTTI
Secretário Municipal da Fazenda
Portaria nº 002/2024

TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL – TIAF Nº 001/2024
PROCESSO SMF/DFT/202400013

DADOS CADASTRAIS DO SUJEITO PASSIVO			
RAZÃO SOCIAL	H D B MONTEIRO VASCONCELOS EIRELI		
NOME FANTASIA	CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO TOCANTINS - CEATO		
ENDEREÇO	AV. CÔNEGO JOÃO LIMA Nº 1.424 SALA 01 CENTRO		
CEP	77.804-010	**MUNICÍPIO**	ARAGUAÍNA - TO
CNPJ/CPF	31.442.472/0001-28	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**	23064

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis de efeitos comerciais, contábeis ou fiscais dos Contribuintes, de acordo com o disposto no Artigo 195 da Lei Federal 5.172/66 - Código Tributário Nacional, combinado com o Artigo 303 da Lei Municipal nº 17/2013 de 27 de dezembro de 2013 e com o Artigo 315 da Lei Complementar Municipal nº 58/2017.

☒ Procedimento Fiscal realizado conforme solicitação do contribuinte por meio do Processo Administrativo de Baixa Cadastral de nº 2023019110 de 06/09/2023 e protocolo SIMPLIFICA TON2324144257 de 18/08/2023.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

1. Contrato Social e alterações;
2. Notas Fiscais de Compra/Venda/Prestação de Serviços;
3. Contratos de Prestação de Serviços (todos);
4. Guias de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN/Próprio;
5. Declarações de Inatividade, se for o caso;
6. Livro Diário, Livro Razão, Livro Caixa, e Plano de Contas;
7. Guias de recolhimento das Taxas de Verificação da Regularidade do Estabelecimento/Alvarás;
8. Laudos de Vistoria de Funcionamento Anual e Laudos do Corpo de Bombeiros;

Período: 06/08/2018 A 18/08/2023
Prazo para entrega: 05 (cinco) dias
Entrega dos documentos: presencialmente em Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 1.155, Centro, Salas 22/23 ou por e-mail para leany.cruz@araguaina.to.gov.br - assunto "Documentos Solicitados - Procedimento Fiscal 202400013" FONE 063 99975-4056

DISPOSITIVO LEGAL e PRAZO PARA APRESENTAÇÃO

ARTIGO 315. O agente fiscal quando necessitar de notas fiscais, de livros fiscais, contábeis e comerciais, de comprovantes de recolhimento, registro de firmas, contrato social, alterações contratuais, estatutos, atas, recibos, relações, relatórios, mapas, relações, declaração de imposto de renda, ou quaisquer documentos fiscais, comerciais ou contábeis, lavrará a Notificação para Apresentação de Documentos Fiscais e Contábeis ou o Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF, conforme cada caso.

§ 2º. Quando o contribuinte recusar a assinar a notificação o agente fiscal certificará o fato em documento apartado, deixando a respectiva cópia para o contribuinte, e ainda, efetuando cópia da notificação no Diário Oficial do Município.

§ 4º. O prazo para o cumprimento da notificação para apresentação da documentação solicitada pelo agente fiscal será no máximo de 5 (cinco) dias.

§ 5º. Depois de decorrido o prazo acima, sem que haja ocorrido à apresentação do (s) documento (s) solicitado (s) pelo agente fiscal, será lavrado o Auto de Infração e à aplicação da multa correspondente.

§ 6º. No caso de descumprimento do prazo mencionado no § 4º, repetir-se-á quantas vezes se fizer necessária a lavratura da referida notificação, sendo lavrada dentro do mesmo prazo, sujeitando para cada uma delas nova exigência da lavratura do Auto de Infração, e aplicação da multa correspondente.

AUDITORIA FISCAL

PERÍODO A FISCALIZAR	Nº. DA ORDEM DE SERVIÇO
06/08/2018 A 18/08/2023	202400013 de 05/01/2024

AUTORIDADE FISCAL

NOME: LEANY MACHADO DE CASTRO CRUZ FISCAL DE TRIBUTOS **MATRÍCULA**: 3548-3	**ASSINATURA:** LEANY MACHADO DE CASTRO CRUZ:61292508191	Assinado de forma digital por LEANY MACHADO DE CASTRO CRUZ:61292508191 Dados: 2024.01.23 16:15:13 -03'00'
MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA – TO	**DATA:** 16/01/2024	**HORA**: 09:17h

CIÊNCIA DO SUJEITO PASSIVO, RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL.

NOME: **ASSINATURA:**	**DATA:** **CPF:**

TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL – TIAF Nº 002/2024
PROCESSO SMF/DFT/202400012

DADOS CADASTRAIS DO SUJEITO PASSIVO			
RAZÃO SOCIAL	F R DA SILVA TRANSPORTE E COMERCIO		
NOME FANTASIA	METEORO TRANSPORTE		
ENDEREÇO	RUA 30 Nº 1.022 SALA 01, VILA NORTE		
CEP	77.825-804	**MUNICÍPIO**	ARAGUAÍNA - TO
CNPJ/CPF	34.000.292/0001-84	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**	24341

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis de efeitos comerciais, contábeis ou fiscais dos Contribuintes, de acordo com o disposto no Artigo 195 da Lei Federal 5.172/66 - Código Tributário Nacional, combinado com o Artigo 303 da Lei Municipal nº 17/2013 de 27 de dezembro de 2013 e com o Artigo 315 da Lei Complementar Municipal nº 58/2017.

- Procedimento Fiscal realizado conforme solicitação do contribuinte por meio do Processo Administrativo de Baixa Cadastral de nº 2023018842 de 01/09/2023 e protocolo SIMPLIFICA TOP23057221191 de 16/08/2023.

DOCUMENTOS SOLICITADOS

1. Contrato Social e alterações;
2. Notas Fiscais de Compra/Venda/Prestação de Serviços;
3. Contratos de Prestação de Serviços (todos);
4. Guias de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN/Próprio;
5. Extratos do Simples Nacional;
6. Declarações de Inatividade, se for o caso;
7. Livro Diário, Livro Razão, Livro Caixa, e Plano de Contas;
8. Guias de recolhimento das Taxas de Verificação da Regularidade do Estabelecimento/Alvarás;
9. Laudos de Vistoria de Funcionamento Anual e Laudos do Corpo de Bombeiros;

Período: 24/06/2019 A 16/08/2023
Prazo para entrega: 05 (cinco) dias
Entrega dos documentos: presencialmente em Rua Ademar Vicente Ferreira, nº 1.155, Centro, Salas 22/23 ou por e-mail para leany.cruz@araguaina.to.gov.br - assunto "Documentos Solicitados - Procedimento Fiscal 202400012" FONE 063 99975-4056

DISPOSITIVO LEGAL e PRAZO PARA APRESENTAÇÃO

ARTIGO 315. O agente fiscal quando necessitar de notas fiscais, de livros fiscais, contábeis e comerciais, de comprovantes de recolhimento, registro de firmas, contrato social, alterações contratuais, estatutos, atas, recibos, relações, relatórios, mapas, relações, declaração de imposto de renda, ou quaisquer documentos fiscais, comerciais ou contábeis, lavrará a Notificação para Apresentação de Documentos Fiscais e Contábeis ou o Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF, conforme cada caso.

§ 2º. Quando o contribuinte recusar a assinar a notificação o agente fiscal certificará o fato em documento apartado, deixando a respectiva cópia para o contribuinte, e ainda, efetuando cópia da notificação no Diário Oficial do Município.

§ 4º. O prazo para o cumprimento da notificação para apresentação da documentação solicitada pelo agente fiscal será no máximo de 5 (cinco) dias.

§ 5º. Depois de decorrido o prazo acima, sem que haja ocorrido à apresentação do (s) documento (s) solicitado (s) pelo agente fiscal, será lavrado o Auto de Infração e à aplicação da multa correspondente.

§ 6º. No caso de descumprimento do prazo mencionado no § 4º, repetir-se-á quantas vezes se fizer necessária a lavratura da referida notificação, sendo lavrada dentro do mesmo prazo, sujeitando para cada uma delas nova exigência da lavratura do Auto de Infração, e aplicação da multa correspondente.

AUDITORIA FISCAL	
PERÍODO A FISCALIZAR	**Nº. DA ORDEM DE SERVIÇO**
24/06/2019 A 16/08/2023	202400012 de 05/01/2024

AUTORIDADE FISCAL			
NOME: LEANY MACHADO DE CASTRO CRUZ FISCAL DE TRIBUTOS **MATRÍCULA**: 3548-3	**ASSINATURA:** LEANY MACHADO DE CASTRO CRUZ:61292508191	Assinado de forma digital por LEANY MACHADO DE CASTRO CRUZ:61292508191 Dados: 2024.01.23 16:20:48 -03'00'	
MUNICÍPIO: ARAGUAÍNA – TO	**DATA:** 16/01/2024	**HORA**: 09:17h	

CIÊNCIA DO SUJEITO PASSIVO, RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL.	
NOME:	**DATA:**
ASSINATURA:	**CPF:**

TERMO DE ENCERRAMENTO DE AÇÃO FISCAL - TEAF
PROCESSO SMF/DFT/648/2023

DADOS CADASTRAIS DO SUJEITO PASSIVO			
NOME/RAZÃO SOCIAL	MIX METALURGICA INDUSTRIAL EIRELI - ME		
NOME FANTASIA	MIX METALURGICA		
ENDEREÇO	AV. DEFESA ECOLOGICA, 525 - PARQUE SONHOS DOURADOS		
CEP	77818-800	**MUNICÍPIO**	ARAGUAÍNA-TO
CNPJ/CPF	22.750.338/0001-01	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**	17.630

RELATO FISCAL

No exercício das atribuições do cargo de Auditor Fiscal, informamos a realização de procedimento fiscal em relação ao sujeito passivo acima identificado, relativo aos tributos de competência municipal.

O presente procedimento de auditoria fiscal iniciou com as lavraturas das seguintes peças fiscais:

- A Ordem de Serviços - OS de Nº 648/2023 de 27/06/2023;
- O Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF de Nº 357/2023 de 29/08/2023. Notificado via Diário Oficial do Município - DOM em 15/09/2023.

O presente procedimento objetiva verificar o cumprimento das obrigações tributárias referentes ao período desta ação fiscal, e que resultou nas lavraturas dos autos abaixo especificados, em que consta o valor do crédito tributário e o conhecimento do sujeito passivo para o atendimento das exigências legais.

Os valores apurados e lavrados em Autos de Infração são:

- **Nº 335/2023 (ISSQN)** no valor de **R$ 45.639,01 (quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove reais e um centavo)**
- **Nº 334/2023 (TVRE)** no valor de **R$ 2.542,86 (dois mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos)**
- **Nº 336/2023 (Obrigação Acessória)** no valor de **R$ 1.040,54 (mil e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos)**

datados em 04/12/2023.

Desta forma, fica o sujeito passivo supramencionado CIENTIFICADO da exigência tributária de que trata os autos acima, perfazendo um **Crédito Tributário** no valor total de **R$ 49.222,41 (quarenta e nove mil duzentos e vinte dois reais e quarenta e um centavos)**.

Todavia, o presente Termo de Encerramento de Fiscalização **não impede** que a Autoridade Competente, quando julgar necessário, abra nova fiscalização no período compreendido entre **01/01/2018 a 11/12/2023**, desde que observado os princípios da decadência e do *non bis in idem*.

Para suprir os efeitos legais, lavramos o presente termo em 03 (três) vias, assinado pelo (s) autuante(s) e pelo sujeito passivo ou seu representante legal, que, neste ato, recebe uma das vias.

AUTORIDADE COMPETENTE		MATRÍCULA
AUDITOR FISCAL	ALEX PALMER C. FERREIRA	53625
ASSINATURA		**LOCAL:** ARAGUAÍNA - TO
		DATA: 04/12/2023

RECIBO		
NOME:		**DATA**
CPF:		

PROCESSO ADM SMF/DFT: OS N.648 DE 27/06/2023
INTERESSADO: MIX METALURGICA INDUSTRIAL EIRELI - ME
ASSUNTO: AUDITORIA FISCAL

Encaminha-se à Coordenação de Tributos o Relatório Circunstanciado:

I - DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL	MIX METALURGICA INDUSTRIAL EIRELI - ME
CNPJ/CPF	22.750.338/0001-01
ENDEREÇO	AV. DEFESA ECOLOGICA, 525 - PARQUE SONHOS DOURADOS
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	17.630
INÍCIO DE ATIVIDADE	23/06/2015

II - DA DILIGÊNCIA

Após análise documental constatamos que o contribuinte exercia atividade prestacional, conforme dados acima. Contudo, o contribuinte não foi encontrado no endereço do Cadastro de Atividades Econômicas. Período fiscalizado foi de 01/01/2018 a 11/12/2023.

III - DA VERIFICAÇÃO FISCAL

DO ISSQN

Quanto ao ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, informamos que o contribuinte acima qualificado é do ramo prestacional, realizando atividades de INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE APARELHOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE MONTAGEM INDUSTRIAL, PRESTADOS AO USUÁRIO FINAL, EXCLUSIVAMENTE COM MATERIAL POR ELE FORNECIDO, conforme Item 14 e Subitem 14.06 da Lista de Serviços do art. 277 da Lei Complementar 058 de 30 e dezembro de 2017. O referido contribuinte encontra-se em débito, sendo lavrado o Auto de Infração nº 335/2023, **R$ 45.639,01 (quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove reais e um centavo).**

DO ALVARÁ DE LICENÇA/TVRE

O contribuinte encontra-se em débito em relação à Taxa de Verificação de Regularidade do Estabelecimento – TVRE, atinente aos exercícios de 2019 a 2023, sendo lavrado o Auto de Infração de nº 334/2023, **R$ 2.542,86 (dois mil quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).**

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Houve descumprimentos de obrigações acessórias, sendo:

- Falta de atualização cadastral: O contribuinte possui cadastro irregular e foi penalizado porque não cumpriu com a obrigação legal de manter atualizado o Cadastro de Atividades Econômicas da Secretaria da Fazenda Pública Municipal, conforme dispõe o ***Art.* 249 §15** da LC 058/2017. Assim foi lavrado o Auto de Infração de nº 336/2023, **R$ 1.040,54 (mil e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos).**

IV - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pelo **SUSPENSÃO DE OFÍCIO** da inscrição municipal nº 17.630 do contribuinte acima descrito, na forma do Art. 250 da Lei Complementar de 058 de 30 de dezembro de 2017, *in verbis: "Art. 250. A Inscrição Municipal poderá ser cancelada ou suspensa por meio de despacho do Secretário Municipal da Fazenda, conforme os critérios estabelecidos em regulamento específico.",* bem como o **BLOQUEIO** de acesso ao sistema Webiss na forma do Art. 326 § 2º da Lei Complementar 058 de 30 de dezembro de 2017, *in verbis: "A senha de acesso poderá ser bloqueada de ofício sempre que for constatada qualquer irregularidade fiscal junto ao Município de Araguaína."*

Ressaltamos que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não. Outrossim, ressaltamos que o presente Parecer não impede que a Autoridade Competente, quando julgar necessário, abra nova fiscalização no período fiscalizado, desde que sejam observados os princípios da decadência e do *non bis in idem.*

É o Parecer. **SMJ.** Sendo o que temos a informar. Encaminhe-se o referido processo de baixa à Coordenação de Tributos para as providências cabíveis.

Araguaína - TO, 04 de dezembro de 2023.

ALEX PALMER C. FERREIRA
Auditor Fiscal
Matrícula: 53625

SIMPLIFICA: TON2216565520 DE 04/07/2022
PROCESSO ADM: 2022014134 DE 14/07/2022
INTERESSADO: G L DA SILVA PEREIRA ME
ASSUNTO: BAIXA CADASTRAL

Encaminha-se à Coordenação de Tributos o Relatório Circunstanciado:

I - DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL	G L DA SILVA PEREIRA ME
CNPJ/CPF	14.775.056/0001-22
ENDEREÇO	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 205, SÃO JOÃO
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	12177
INÍCIO DE ATIVIDADE	01/12/2011

II - DA DILIGÊNCIA

Após análise documental constatamos que o contribuinte exercia atividade comercial, solicitando baixa de suas atividades conforme dados acima. Período fiscalizado foi de 13/12/2011 a 04/07/2022. Conforme art. 78, I da LC 058/2017, o período até 31/12/2018 encontra-se decaído.

III - DA VERIFICAÇÃO FISCAL

DO ISSQN

Quanto ao ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, informamos que o contribuinte acima qualificado é do ramo comercial, pertence ao grupo de atividades de COMÉRCIO DE CONFECÇÕES, VESTUÁRIO, ROUPAS, CALÇADOS, BOLSAS, CINTOS E CONGÊNERES, portanto, sem incidência de ISSQN.

DO ALVARÁ DE LICENÇA/TVRE

Os indícios apontam para a inatividade do contribuinte durante o período fiscalizado.

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Houve descumprimento de obrigação acessória, sendo:

- Paralisação de atividades: O contribuinte deixou de comunicar a paralisação de atividades da forma prevista no art. 253, §9° e 14° da Lei Complementar 017 de 27 de dezembro de 2013, combinado com o art. 249, §9º e §13º da Lei Complementar de 058 de 30 de dezembro de 2017. No entanto, conforme a súmula 174 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais aprovada em sessão de 06/08/2021 e Ag – Agravo de Instrumento 2010.02.01.008520-9 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF 2, a aplicação de penalidade por não cumprimento da obrigação acessória deve obedecer à regra prevista no artigo 173 do Código Tributário Nacional, ou seja, no caso de descumprimento de obrigação acessória, decai em cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, o direito da administração tributária constituir seus créditos. Logo, encontra-se decaído o prazo para a aplicação de penalidades.

DA ANÁLISE DO PEDIDO DE BAIXA

O contribuinte entrou com pedido de baixa cadastral e conforme documentos anexos, entre **13/12/2011 a 04/07/2022,** NÃO constam débitos referentes aos tributos de competência do município de Araguaína. Porém, ressaltamos a necessidade dos departamentos de Cadastro e Dívida Ativa emitirem parecer quanto aos demais tributos de competência municipal.

IV - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pelo **DEFERIMENTO** do Pedido de Baixa em relação ao ISSQN, TVRE e OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS do contribuinte acima descrito. Ressaltamos que o presente Parecer de Baixa não impede que a Autoridade Competente, quando julgar necessário, abra nova fiscalização no período fiscalizado, desde que sejam observados os princípios da decadência e da bitributação.
Sendo o que temos a informar.
Encaminhe-se o referido processo de baixa à Coordenação de Tributos para as providências cabíveis.

Araguaína - TO, 02 de janeiro de 2024.

VICTORIA NOLETO PIRES
Auditor Fiscal
Matrícula: 46555

TERMO DE ENCERRAMENTO DE AÇÃO FISCAL
PROCESSO SMF/DFT/710/2023

DADOS CADASTRAIS DO SUJEITO PASSIVO			
RAZÃO SOCIAL	G L DA SILVA PEREIRA ME		
NOME FANTASIA	CHERRY MODA INTIMA E VARIEDADES		
ENDEREÇO	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 205, SÃO JOÃO		
CEP	77807-010	**MUNICÍPIO**	ARAGUAÍNA - TO
CNPJ/CPF	14.775.056/0001-22	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**	12177

RELATO FISCAL

No exercício das atribuições do cargo de Auditor Fiscal, informamos a realização de procedimento fiscal em relação ao sujeito passivo acima identificado, relativo aos tributos de competência municipal.

O presente procedimento de auditoria fiscal iniciou com as lavraturas das seguintes peças fiscais:

- A Ordem de Serviços - OS de Nº 710/2023 de 29/06/2023;
- O Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF de Nº 391/2023 de 18/07/2023.

O presente procedimento objetiva verificar o cumprimento das obrigações tributárias referentes ao período desta ação fiscal, e que NÃO resultou na lavratura de autos de infração.

Todavia, o presente Termo de Encerramento de Fiscalização **não impede** que a Autoridade Competente, quando julgar necessário, abra nova fiscalização no período compreendido entre **13/12/2011 a 04/07/2022**, desde que observado os princípios da decadência e da prescrição.

Para suprir os efeitos legais, lavramos o presente termo em 03 (três) vias, assinado pelo (s) autuante(s) e pelo sujeito passivo ou seu representante legal, que, neste ato, recebe uma das vias.

AUTORIDADE COMPETENTE		MATRÍCULA
AUDITOR FISCAL	VICTORIA NOLETO PIRES	46555
ASSINATURA		**LOCAL:** ARAGUAÍNA - TO
		DATA: 02/01/2024

RECIBO		
NOME:		**DATA**
CPF:		

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ERRATA N° 001/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ARAGUAÍNA TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 1.725/97 e Lei nº 2.184/2003;

CONSIDERANDO o Processo n° 2023021690 cujo objeto é contratação de empresa para fornecimento e instalação de Mata Burro em concreto armado na Zona Rural do município de Araguaína- TO.

CONSIDERANDO que houve um erro sanável na cronologia e digitação do Extrato de Contrato n° 001/2024, publicado junto à Portaria de Fiscal de Contrato n° 006, de 10 de Janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial do Município de Araguaína nº 2.947 – quinta-feira, 11 de janeiro de 2024, há a necessidade de sua correção.

Assim, resolve:

Art. 1º Fica retificada a ementa da Portaria nº 006, de 10 de Janeiro de 2024, com a seguinte correção:

Onde se lê:
"PORTARIA N° 006, DE 10 DE JANEIRO DE 2024"

Leia-se:
"PORTARIA N° 006, DE 26 DE JANEIRO DE 2024"

Art. 2º Fica retificada a data da assinatura do Contrato nº 001/2024, vinculado ao processo nº 2023021690, com a seguinte correção:

Onde se lê:
"DATA DA ASSINATURA: 10/01/2024"

Leia-se:
"DATA DA ASSINATURA: 26/01/2024"

Art. 3º Fica tornado sem efeito a publicação do Extrato de Contrato n° 001/2024, junto à Portaria de Fiscal de Contrato n° 006, de 10 de Janeiro de 2024, no Diário Oficial do Município nº 2.947, de 11 de janeiro de 2024, informando será republicado novo Extrato de Contrato e nova Portaria de Fiscal de Contrato devidamente corrigido.

Art. 4º Esta Errata entra em vigor na data de sua assinatura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, em Araguaína aos 26 dias do mês de janeiro de 2024.

FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal da Infraestrutura
Portaria n° 224/2022

TERMO DE PARALISAÇÃO

TERMO DE PARALISAÇÃO/ SUSPENSÃO DE ORDEM DE SERVIÇO, REFERENTE AO CONTRATO Nº 027/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, E A EMPRESA PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 01.830.793/0001-39, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrita no CNPJ sob n. 17.387.437/0001-22, representada pelo senhor Secretário Municipal FREDERICO MINHARRO PRADO, brasileiro, casado, portador do RG sob n. 926843, SSP/TO, inscrito no CPF sob n. 025.211.251-21, com sede na Rua 6, n° 20, Vila Aliança, CEP 77.813-780, na sede do município de Araguaína/TO, doravante denominado NOTIFICANTE, e de outro lado a empresa PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.969.973/0001-50, com sede na Avenida advogado Horácio Raccanello Filho, n° 6.326 segundo pavimento, Sala 01 Complemento 64, Edifício Centro Empresarial Torre Gêmea, Bairro Zona 07, representada por RODOLFO SCHALKOSKI KIRCHNER, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da RG n.º 6.904.856-0 SSP/PR e CPF n.º 007.741.099-80, doravante denominado NOTIFICADO, dão, reciprocamente, ciência e anuência aos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a PARALISAÇÃO/ SUSPENSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS vinculada ao contrato administrativo nº 027/2023, firmado entre a NOTIFICANTE e o NOTIFICADO, com finalidade consta descrita na Cláusula Primeira do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PARALISAÇÃO/ SUSPENSÃO

2.1 O prazo de execução, bem como o prazo de vigência do contrato administrativo nº 027/2023, FICA SUSPENSO, a partir da assinatura do presente Termo, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado ao limite máximo permitido em lei.

2.2 A vigência do contrato, e sua execução, poderá ser retomada em período anterior, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, expedido pela NOTIFICANTE a favor do NOTIFICADO, no caso em tela, o NOTIFICADO providenciará a referida notificação a partir do saneamento da pendência.

2.3 A retomada dos serviços fica condicionada a apresentação da ordem de reinicio feita pela NOTIFICANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A NOTIFICANTE justifica a presente paralisação/suspensão, tendo em vista a necessidade apresentada pela empresa NOTIFICADA, por meio do ofício 0015ª.PNX.2023, recebido em 19 de junho de 2023.

3.2 O presente Termo tem por fundamentação legal a previsão contida no artigo 65, inciso II, alínea "d", artigo 78, inciso XIV, e artigo 79, § 5º, todos da Lei Federal n. 8.666, de 21 de abril de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As demais Cláusulas contratuais permanecem estáveis, a exceção daquelas afetadas pelo presente Termo.

4.2 Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sem prejuízo da incidência das normas contidas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de abril de 1993, em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

4.3 Será considerada como verdadeira a assinatura constante no presente contrato, sujeitando-se as penalidades previstas no Código Civil, sem prejuízo das demais responsabilidades.

Araguaína-TO, 19 de junho de 2023.

Pelo NOTIFICANTE:

FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria n.º 224/2022

Pela NOTIFICADA:

RODOLFO SCHALKOSKI KIRCHNER
Phenix Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.
CNPJ n° 11.969.973/0001-50

TERMO DE PARALISAÇÃO

TERMO DE PARALISAÇÃO/ SUSPENSÃO DE ORDEM DE SERVIÇO, REFERENTE AO CONTRATO Nº 027/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, E A EMPRESA PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 01.830.793/0001-39, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrita no CNPJ sob n. 17.387.437/0001-22, representada pelo senhor Secretário Municipal FREDERICO MINHARRO PRADO, brasileiro, casado, portador do RG sob n. 926843, SSP/TO, inscrito no CPF sob n. 025.211.251-21, com sede na Rua 6, n° 20, Vila Aliança, CEP 77.813-780, na sede do município de Araguaína/TO, doravante denominado NOTIFICANTE, e de outro lado a empresa PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.969.973/0001-50, com sede na Avenida advogado Horácio Raccanello Filho, n° 6.326 segundo pavimento, Sala 01 Complemento 64, Edifício Centro Empresarial Torre Gêmea, Bairro Zona 07, representada por RODOLFO SCHALKOSKI KIRCHNER, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador

da RG n.º 6.904.856-0 SSP/PR e CPF n.º 007.741.099-80, doravante denominado NOTIFICADO, dão, reciprocamente, ciência e anuência aos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a PARALISAÇÃO/ SUSPENSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS vinculada ao contrato administrativo nº 027/2023, firmado entre a NOTIFICANTE e o NOTIFICADO, com finalidade consta descrita na Cláusula Primeira do supracitado contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE PARALISAÇÃO/ SUSPENSÃO

2.1 O prazo de execução, bem como o prazo de vigência do contrato administrativo nº 027/2023, FICA SUSPENSO, a partir da assinatura do presente Termo, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado ao limite máximo permitido em lei.

2.2 A vigência do contrato, e sua execução, poderá ser retomada em período anterior, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, expedido pela NOTIFICANTE a favor do NOTIFICADO, no caso em tela, o NOTIFICADO providenciará a referida notificação a partir do saneamento da pendência.

2.3 A retomada dos serviços fica condicionada a apresentação da ordem de reinicio feita pela NOTIFICANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 A NOTIFICANTE justifica a presente paralisação/suspensão, tendo em vista a necessidade apresentada pela empresa NOTIFICADA, por meio do ofício 0015ª.PNX.2023, recebido em 16 de outubro de 2023.

3.2 O presente Termo tem por fundamentação legal a previsão contida no artigo 65, inciso II, alínea “d”, artigo 78, inciso XIV, e artigo 79, § 5º, todos da Lei Federal n. 8.666, de 21 de abril de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As demais Cláusulas contratuais permanecem estáveis, a exceção daquelas afetadas pelo presente Termo.

4.2 Por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sem prejuízo da incidência das normas contidas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de abril de 1993, em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

4.3 Será considerada como verdadeira a assinatura constante no presente contrato, sujeitando-se as penalidades previstas no Código Civil, sem prejuízo das demais responsabilidades.

Araguaína-TO, 16 de outubro de 2023.

Pelo NOTIFICANTE:
FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria n.º 224/2022

Pela NOTIFICADA:
RODOLFO SCHALKOSKI KIRCHNER
Phenix Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.
CNPJ n° 11.969.973/0001-50

TERMO DE REINICIO

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 01.830.793/0001-39, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrita no CNPJ sob n. 17.387.437/0001-22, representada pelo senhor Secretário Municipal FREDERICO MINHARRO PRADO, brasileiro, casado, portador do RG sob n. 926843, SSP/TO, inscrito no CPF sob n. 025.211.251-21, com sede na Rua 6, n° 20, Vila Aliança, CEP 77.813-780, na sede do município de Araguaína/TO, no uso de suas atribuições resolve, de comum acordo, REINICIAR o objeto do contrato nº 027/2023, que trata de Elaboração do Plano Diretor Aeroportuário (PDIR) do Aeroporto Regional de Araguaína (SWGN), firmado com a empresa PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA, tendo validade a partir da data de recebimento deste Termo.

Ressalta-se que a obra foi paralisada em 19/06/2023, com 28 (vinte e oito) dias de vigência executiva, de um total de 180 (cento e oitenta) dias, restando, pois, 152 (cento e cinquenta e dois) dias para sua execução, a partir da assinatura deste Termo de reinício, sendo certo, ainda, que a vigência contratual é de 12 (doze) meses, fixando a data de 13/10/2023 para retomada da vigência executiva, estendendo esse prazo à vigência contratual.

Com efeito, em obediência a estes novos prazos a contratada ficará sujeita a apresentação de novo cronograma físico financeiro, ou documento similar, a ser apresentado em um prazo de 05 (dias) úteis a partir do recebimento desta.

Araguaína, 13 de outubro de 2023.

FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria n.º 224/2022

RODOLFO SCHALKOSKI KIRCHNER
Phenix Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.
CNPJ n° 11.969.973/0001-50

TERMO DE REINICIO

O MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 01.830.793/0001-39, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrita no CNPJ sob n. 17.387.437/0001-22, representada pelo senhor Secretário Municipal FREDERICO MINHARRO PRADO, brasileiro, casado, portador do RG sob n. 926843, SSP/TO, inscrito no CPF sob n. 025.211.251-21, com sede na Rua 6, n° 20, Vila Aliança, CEP 77.813-780, na sede do município de Araguaína/TO, no uso de suas atribuições resolve, de comum acordo, REINICIAR o objeto do contrato nº 027/2023, que trata de Elaboração do Plano Diretor Aeroportuário (PDIR) do Aeroporto Regional de Araguaína (SWGN), firmado com a empresa PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO LTDA, tendo validade a partir da data de recebimento deste Termo.

Ressalta-se que a obra foi paralisada em 16/10/2023, com 31 (trinta e um) dias de vigência executiva, de um total de 180 (cento e oitenta) dias, restando, pois, 149 (cento e quarenta e nove) dias para sua execução, a partir da assinatura deste Termo de reinício, sendo certo, ainda, que a vigência contratual é de 12 (doze) meses, fixando a data de 23/01/20224 para retomada da vigência executiva, estendendo esse prazo à vigência contratual.

Com efeito, em obediência a estes novos prazos a contratada ficará sujeita a apresentação de novo cronograma físico financeiro, ou documento similar, a ser apresentado em um prazo de 05 (dias) úteis a partir do recebimento desta.

Araguaína, 24 de janeiro de 2024.

FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria n.º 224/2022

RODOLFO SCHALKOSKI KIRCHNER
Phenix Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.
CNPJ n° 11.969.973/0001-50

PORTARIA N° 006, DE 26 DE JANEIRO DE 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela lei orgânica do município,

R E S O L V E:

Art.1º - Designar os servidores: MARCIA WALÉRIA MARTINS LIMA NOLÊTO, Matrícula n° 53599 e RÔMULO PEREIRA DA SILVA, Matrícula n° 53244 para sem prejuízo de suas atribuições normais exercerem, respectivamente, a função de Fiscal e Suplente do Contrato abaixo especificado, referente à fiscalização e acompanhamento do citado contrato, para atender as necessidades desta pasta, de acordo com o Processo n°2023021690.

N° do Contrato	Empresa Contratada
Contrato Nº 001/2024	INFRACON INDUSTRIA DE PRE-MOLDADOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e Instalação de Mata-Burro em Concreto Armado na Zona Rural do Município de Araguaína - TO.

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;
II - Anotar em registro próprio em forma de relatório, as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado das medidas, bem como informar por escrito a Área de Contratos e Convênios sobre tais eventos;
III - Determinar providências para retificação de irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicando através de relatório a Área de Contratos e Convênios para apreciação;
IV - Relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
V - Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogações de vigência ou aditamentos do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Área de Contratos e Convênios para as providências necessárias;
VI - Justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências quando solicitado pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;
VII - Atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;
VIII - Observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
IX - Manifestar-se por escrito, mensalmente em forma de relatório, acerca do referido ajuste contratual;
X - Exigir que o contratado repare, corrija, remova ou substitua às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, nos termos do especificado no Edital de Licitação e seus anexos e nas cláusulas contratuais, conforme determina o art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º - Designar o servidor, MARCIA WALÉRIA MARTINS LIMA NOLÊTO, Matrícula n° 53599, para atestar e acompanhar, fiscalizar e comprovar o recebimento da prestação de serviço do contrato supracitado.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria n° 224/2022

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO Nº: 2023021690
CONTRATO Nº: 001/2024
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CONTRATADA: INFRACON INDUSTRIA DE PRE-MOLDADOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento e Instalação de Mata-Burro em Concreto Armado na Zona Rural do Município de Araguaína - TO.
VALOR DO CONTRATO:R$ 281.200,00 (duzentos e oitenta e um mil e duzentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados do início na data da assinatura, sendo sua eficácia condicionada a publicação do extrato do presente instrumento.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Função Programática: 15.452.2011.1100; Ficha: 20240793; Fonte 15000000010000; Elemento de Despesa 33.90.39.
SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Infraestrutura
DATA DA ASSINATURA: 26/01/2024

Araguaína – Estado do Tocantins, 26 de janeiro de 2024

Publique-se

FREDERICO MINHARRO PRADO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Portaria n.º 224/2022

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 013/2024

Processo Administrativo nº 2023025072

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-S, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

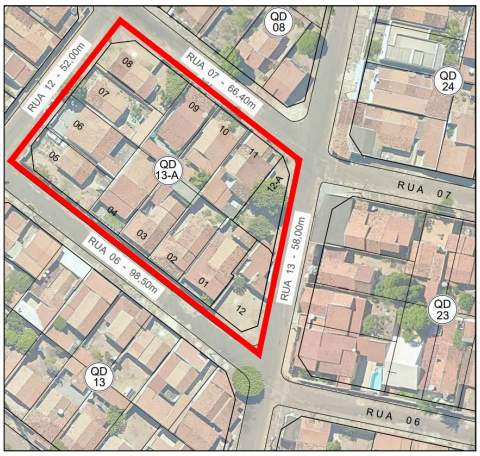
Qualificação do requerente: LIANA SOUSA VIEIRA, brasileira, solteira, professora, portadora da carteira de Identidade nº 844838 órgão emissor SSP/TO, inscrita no CPF sob nº 014.107.081-10, filha de Raimundo Dionisio Reis Vieira e Maria Itamar Sousa Vieira, residente e domiciliada Lote nº 12, da Quadra nº 13-A – Desmembrado da Área Verde 07, da Quadra nº 13-A, integrante do Loteamento ”Residencial Patrocínio”, neste município de Araguaína-TO.

Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 24.689;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 12, da Quadra nº 13-A – Desmembrado da Área Verde 07, da Quadra nº 13-A, integrante do Loteamento ” Residencial Patrocínio” , neste município de Araguaína-TO.

Tamanho da área: 3.023,00m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 274,90 metros (duzentos e setenta e quatro metros e noventa centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola

Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 014/2024

Processo Administrativo nº 2023025267

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-S, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

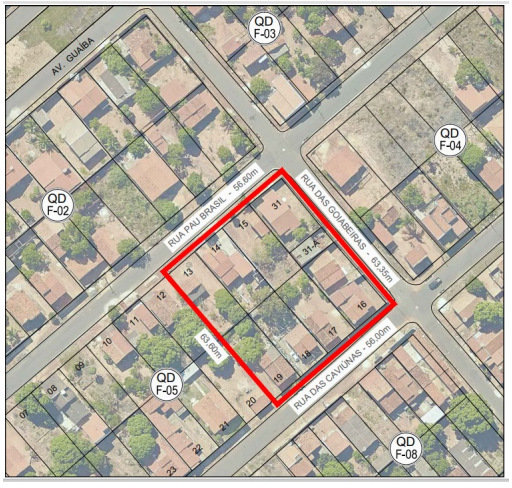
Qualificação do requerente: MARCO AURÉLIO MEDEIROS ANDRADE, brasileiro, casado, Zotecnista, portador da carteira de Identidade nº 4261374 órgão emissor DGPC/GO, inscrito no CPF sob nº 004.748.091-29, filho de Silvio Antonio de Andrade e Maria das Gracas Aires de Medeiros Andrade e sua esposa KATIA FERNANDES DE SOUSA, brasileira, casada, do lar, portadora da carteira de Identidade nº 690.121 órgão emissor SSP/TO, inscrita no CPF sob nº 002.564.241-36, filha de Luiz Gonzaga Fernandes Lima e Maria das Dores Souza Lima, casados sob regime Comunhão Parcial de Bens, residentes e domiciliados, Lote nº 31, da Quadra nº F-05 – Área Verde B, da Quadra nº F-05, integrantes do Loteamento ”Araguaína Sul”, neste município de Araguaína-TO.

Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 94.622;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 31, da Quadra nº F-05 – Área Verde B, da Quadra nº F-05, integrantes do Loteamento ”Araguaína Sul”, neste município de Araguaína-TO.

Tamanho da área: 407,50m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 239,55 metros (duzentos e trinta e nove metros e cinquenta e cinco centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 015/2024

Processo Administrativo nº 2022020241

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-S, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

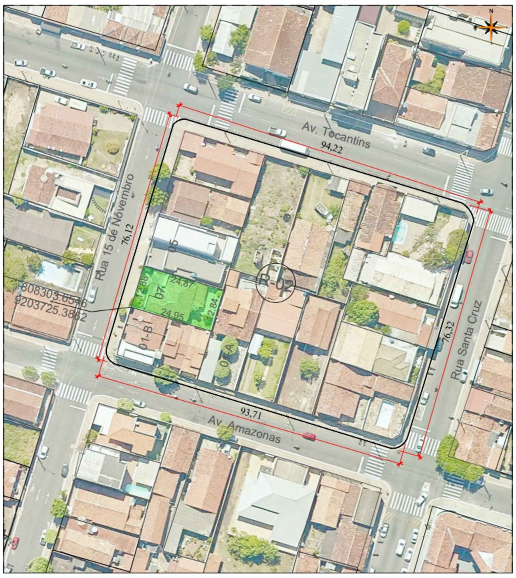
Qualificação do requerente: ROSANA CRISTINA QUEIROZ, brasileira, solteira, professora de educação fisica, portadora da carteira de Identidade nº 103.343 órgão emissor SSP/TO, inscrita no CPF sob nº 618.631.141-49, filha de Alberto Bispo Queiroz e Isabel Bitencutt Queiroz, residente e domiciliada Lote nº 07, Quadra R-02, situada na Rua 15 de novembro, integrante do Bairro “Centro”, neste município Araguaína-TO.

Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 107.412;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 07, Quadra R-02, situada na Rua 15 de novembro, integrante do Bairro “Centro”, neste município Araguaína-TO.

Tamanho da área: 320,36m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 340,37 metros (trezentos e quarenta metros e trinta e sete centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 016/2024

Processo Administrativo nº 2023022851

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-E, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

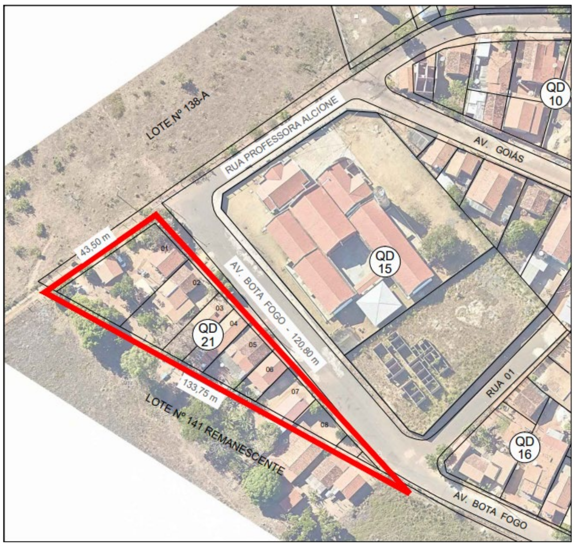
Qualificação do requerente: ADÃO PEREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, professora de educação fisica, portadora da carteira de Identidade nº 232.644 órgão emissor SSP/TO, inscrita no CPF sob nº 824.707.101-97, filha de Luis Pereira da Silva e Maria Camina da Conceição, Lote nº 06, da Quadra nº 21, situado na Avenida Botafogo, integrante do Loteamento “NOVO HORIZONTE” neste município Araguaína-TO.

Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 51.484;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 06, da Quadra nº 21, situado na Avenida Botafogo, integrante do Loteamento “NOVO HORIZONTE” neste município Araguaína-TO.

Tamanho da área: 121,07m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 298,05 metros (duzentos e noventa e oito metros e cinco centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 017/2024

Processo Administrativo nº 2023023179

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-S, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

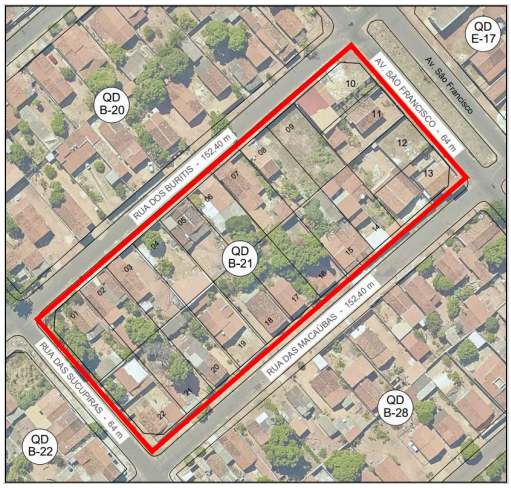
Qualificação do requerente: NEURIVAN VIEIRA GOMES, brasileiro, divorciado, autônomo, portador da carteira de Identidade nº 812247973 órgão emissor SEJSP/MA, inscrito no CPF sob nº 781.304.843-15, filho de Maria do Carmo Vieira Gomes, Lote nº 08, da Quadra nº B-21 – Integrante do Loteamento “Araguaína Sul”

Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 51.484;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 08, da Quadra nº B-21 – Integrante do Loteamento “Araguaína Sul”

Tamanho da área: 390,00m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 432,80 metros (quatrocentos e trinta e dois metros e oitenta centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 018/2024

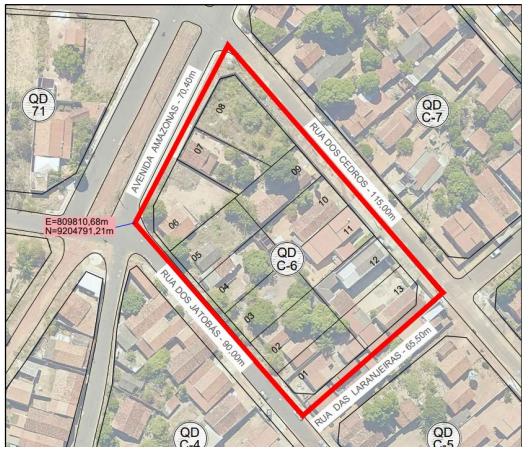
Processo Administrativo nº 2024000094

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-E, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

Qualificação do requerente: PAULO CESAR MORAIS GARCIA, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 13.045.578, órgão emissor SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 757.052.576-00, filho de Jeronimo Morais Rosado e Oneida Garcia Morais, e sua esposa, PAULA MARTINS CAMPOS GARCIA, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 335.306 SSP/TO, inscrita no CPF/MF sob n° 867.947.281-68, filha de Everson Teieira Campos e Erli Martins Campos, casados sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, Lote nº 06, Quadra C-6, situado na Avenida Amazonas, integrante do Loteamento “Araguaína Sul”, situado neste município Araguaína-TO.
Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 7.344;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 06, Quadra C-6, situado na Avenida Amazonas, integrante do Bairro “Araguaina Sul”, neste município Araguaína-TO.
Tamanho da área: 496,26m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 340,90 metros (trezentos e quarenta metros e noventa centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 019/2024

Processo Administrativo nº 2023025353

MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-S, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

Qualificação do requerente: JOÃO PEREIRA DE SOUSA, brasileiro, casado, operador de trator de esteira, portador da carteira de identidade nº 41.943, órgão emissor SSP/TO, inscrito no CPF sob nº 003.872.011-65, filho de Martinho Pereira da Cunha e Cícera de Castro Cunha, e sua esposa, Terezinha Bezerra da Silva Sousa, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 914.809 2ª via SSP/TO, inscrita no CPF sob n° 021.668.241-02, filha de Raimundo da Silva Aguiar e Maria Bezerra da Silva, casados sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, Lote nº 03, da Quadra nº 22, integrante do Loteamento “Setor Raizal”, situado neste município Araguaína-TO.

Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 107.572;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 03, da Quadra nº 22, integrante do Loteamento “Setor Raizal”, situado neste município Araguaína-TO.
Tamanho da área: 270,07m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 493,58 metros (quatrocentos e noventa e três metros e cinquenta e oito centímetros)



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO REURB INDIVIDUAL Nº 020/2024

Processo Administrativo nº 2023023600

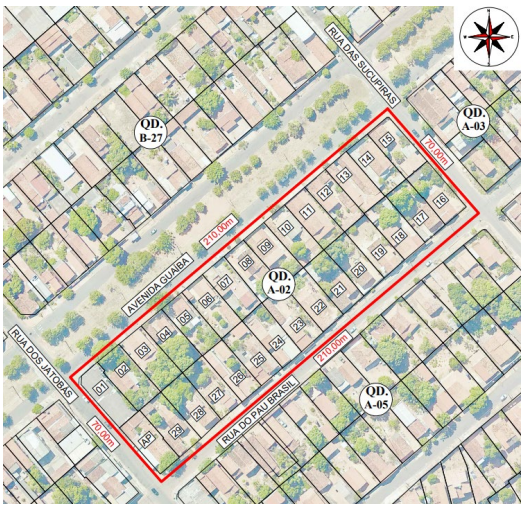
MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito publico interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 01.830.793/0001-39, com sede na Rua 25 de Dezembro, 265 - Centro, Araguaína/TO, neste ato representado pela Gestora da Comissão Municipal de Regularização Fundiária e seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Wagner Rodrigues Barros, vem, na forma como disciplina a Lei Complementar Municipal nº 092/2021 e o Decreto Municipal nº 105/2022, combinado com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, através desde edital NOTIFICAR os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados, que tramita perante este ente federativo processo de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, classificado na modalidade de REURB-E, proposto pelo requerente abaixo identificado da área a ser regularizada com a seguinte descrição:

Qualificação do requerente: LAYLLA PETTERSEN RIBEIRO, brasileira, casada, analista financeiro, portadora da carteira de identidade nº 389.074 2ª via, órgão emissor SSP/TO, inscrito no CPF sob nº 732.690.181-34, filha de Francisco Ricardo Ferreira Ribeiro e Zurisadai Meneses Pettersen Ribeiro, e seu esposo, Claudio Junio Mota, brasileiro, casado, analista II OP, portador da carteira de identidade nº 4662188 2ª via SSP/GO, inscrita no CPF sob nº 022.418.121-10, filho de Claudomiro Ribeiro

da Mota e Teodora Costa, casados sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, Lote nº 04, Quadra A-2, situado na Avenida Guaiba, integrante do Loteamento "Araguaína Sul", neste município Araguaína-TO.
Resumo da área a ser regularizada: Matrícula do Imóvel de origem da área a ser regularizada, sob o nº 13.292;

Titular do Domínio: Prefeitura Municipal de Araguaína;

Localização do imóvel: Lote nº 04, Quadra A-2, integrante do Loteamento "Araguaína Sul", situado na Avenida Guaiba, neste município Araguaína-TO.
Tamanho da área: 409,80m²; Benfeitorias: Com benfeitorias, perímetro de 560,00 metros (quinhentos e sessenta metros).



Com a presente, ficam os confinantes, titulares de domínio, confrontantes da área demarcada e terceiros eventualmente interessados NOTIFICADOS, para, querendo, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do presente edital junto à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00 horas, apresentando expediente escrito e protocolando-o junto ao Setor de Protocolos da municipalidade. Ficam os interessados advertidos de que o processo administrativo citado em epígrafe é público e encontra-se à disposição de quem interessar possa, sendo que eventuais pedidos de vista e fotocópia de documentos deverão ser agendados com a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, sendo que o fornecimento de fotocopias se sujeitará ao recolhimento dos devidos preços públicos.

Ademais, a área a ser regularizada, acima descrita conta com a infraestrutura necessária, tal como: a) pavimentação asfaltica; b) fornecimento de energia elétrica; c) iluminação pública; d) água é fornecida através de poço particular; e) a coleta do esgoto é individualizada em cada área a ser regularizada, através de fossa séptica, filtro e sumidouro; f) o recolhimento do lixo é efetuado semanalmente pela Prefeitura Municipal; g) sistema de telefonia móvel é acessível; h) o local é servido pelo agente de saúde e os atendimentos médicos na UPA; i) a educação é constituída por Escolas Municipais, nas proximidades, sendo a que atende aos alunos da educação infantil e ensino fundamental a Escola Estadual aos alunos do ensino médio.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerarão como aceite os elementos e informações apresentadas pela(s) requerente(s) e o teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos a regularização, conforme prevê a Lei Nacional nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e transcorrido a prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma da legislação pertinente.

O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína, 25 de janeiro de 2024.

LÚCIA VÂNIA SOUSA SILVA
Gestora do Programa Casa Legal
Superintendente
Portaria – 648/2021

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA/GAB/SMS Nº 10 DE 23 DE JANEIRO DE 2024

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar os servidores, Laryssa Barbosa De Sousa – matricula nº 53464 e Cisley Coelho de Sousa - matrícula nº 53453, para sem prejuízo de suas atribuições normais exercerem, respectivamente, o encargo de Fiscal e Suplente, Atestadores do Contrato de Credenciamento abaixo especificado, para fiscalização e acompanhamento do contrato, a fim de atender as necessidades desta Pasta, de acordo com o Processo nº 2024001506.

CONTRATO Nº	EMPRESA CONTRATADA
04/2024	SBS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
OBJETO: O presente contrato tem como objeto o Credenciamento para contratação de empresa para prestação de serviços na área da saúde,	

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

I – acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;
II – anotar em registro próprio, na forma de relatório, as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinaram os incidentes verificados e o resultado das medidas, bem como informar por escrito ao Contratante, sobre tais eventos;
III – determinar providências para retificação de irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicando através de relatório ao Contratante, para apreciação;
IV – relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
V – opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogações de vigência ou aditamentos do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para o Contratante, para as providências necessárias;
VI – justificar ocorrências e promover o atendimento de diligências quando solicitado pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;
VII – atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;
VIII – observar a execução do contrato dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
IX – manifestar-se por escrito, mensalmente, na forma de relatório, acerca do referido ajuste contratual;
X – exigir que o contratado repare, corrija, remova ou substitua às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, nas cláusulas contratuais, conforme determina o Art. 69, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ANA PAULA DOS S. ANDRADE ABADIA
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 07/2021

PORTARIA/GAB/SMS Nº 11/2024, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.

DISPÕE DESIGNAR OS SERVIDORES PARA RESPONDEREM COMO ENCARREGADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 1.725/97.

CONSIDERANDO os princípios da publicidade e eficiência que, dentre outros igualmente importantes, norteiam os trabalhos da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que é dever do gestor zelar pela "coisa" pública e em obediência aos princípios que norteiam a administração pública;

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores relacionados abaixo para responder como Encarregado da Superintendência de Atenção Especializada, com lotação Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de suas funções.

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
GUILHERME SILVA PINHEIRO	ENCARREGADO	SUPAE
MATEUS CASTRO SILVA	ENCARREGADO	SUPAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro 2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ANA PAULA DOS SANTOS ANDRADE ABADIA
Secretária Municipal de Saúde
Portaria 07/2021

SEMED - UNIDADE ESCOLARES

ESCOLA MUNICIPAL GENTIL FERREIRA BRITO
ARAGUAÍNA TOCANTINS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 004/2022

PROCESSO: 080/2022
VALIDADE: 02 (DOIS) MESES.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar aos alunos matriculados na Escola Gentil Ferreira Brito, para os alunos matriculados na Unidade Escolar, conforme as condições e especificações constantes no edital e seus anexos.
FUNDAMENTO LEGAL: Regido pela Lei 10.520, Decreto – 7.892/13, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1.533, de 15 de abril de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais legislações pertinentes.
DA FORNECEDORS/ DOS ITENS/ DOS VALORES: E. FERNANDES DA SILVA SANTOS com sede à Rua São João Batista, nº 795, cep: 77.808-100, Município de Araguaína - TO, inscrita no CNPJ sob n.º 10.774.009/0001-03.
Fornecedor: E. FERNANDES DA SILVA SANTOS

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS						
Item	Descrição	Unid	Quant	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	ABACAXI PÉROLA - 1ª qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, polpa firme, livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante, sem danos físicos e/ou mecânicos (perfurações ou cortes) oriundos do manuseio e transporte. Deve, estar acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto.	KG	114	IN NATURA	4,12	469,68
02	ABÓBORA CABOTIÁ - 1ª qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, polpa firme, livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante, sem danos físicos e/ou mecânicos (perfurações ou cortes) oriundos do manuseio e transporte. Deve, estar acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto.	KG	06	IN NATURA	5,87	35,22
03	BATATA INGLESA - Lavada e selecionada; em perfeito estado de conservação. De primeira, suficientemente desenvolvidos, com tamanho, aroma, sabor e cor próprios da espécie, sem ferimentos ou defeitos de origem física ou mecânica que afete sua aparência, devem estar livres de enfermidades (parasitas, larvas, fungos). Deve, estar acondicionadas em sacos de polietileno, transparentes, atóxico e intacto.	KG	24	IN NATURA	7,25	174,00
04	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO - Tipo 1. Enriquecido com ácido fólico e ferro na composição, com aspecto, sabor e cheiro próprios, isento de sujidades, materiais terrosos, detritos animais e vegetais. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas. Embalagem: intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente, contendo 1Kg de peso líquido. Fabricação: máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 meses.	KG	45	SOTRIGO	8,65	389,25
05	FEIJÃO CARIOCA - Tipo 01 - Pacote 1 Kg, novo, constituído de grãos inteiros e sadios com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente claros os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	16	DIA A DIA	10,09	161,44
06	FEIJÃO DE CORDA - TREPA PAU Tipo 01 - Pacote 1 Kg, novo, constituído de grãos inteiros e sadios com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Embalagem em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente claros os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	24	KICALDO	10,57	253,68
07	MARGARINA COM SAL - Ingredientes: óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, sal, leite desnatado reconstituído, vitamina a (1.500 u.i./ 100g), estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos, lecitina de soja e ésteres de poliglicerol de ácidos graxos, conservador sorbato de potássio, acidulante ácido lático, aromatizantes, antioxidantes: edtacálcico dissódico, bht e ácido cítrico e corante natural de urucum e cúrcuma. Não contém glúten. Embalagem: pote de polietileno resistente, contendo 500g de peso líquido. Fabricação: máximo de 30 dias. Validade: mínimo de 6 meses.	KG	03	DELICIA	20,17	60,51
08	ÓLEO DE SOJA - Isento de ranço e/ou outras substâncias estranhas. Os frascos não podem estar amassados e/ou sujidades. Óleo de soja refinado, 100% natural, não deve apresentar cheiro forte e intenso, volume insatisfatório, mistura de outros óleos. Embalagem: intacta, acondicionadas em embalagens plásticas 900 ml de peso liquido. Validade: mínimo de 10 meses	KG	48	VILA VELHA	11,55	554,40
				VALOR TOTAL		R$ 2.098,18

Araguaína -TO, 24 DE JANEIRO DE 2024.

Wilma Alves Dos Santos
Presidente Da Associação De Apoio Da Escola
Municipal Gentil Ferreira Brito

PUBLICAÇÃO PARTICULAR

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Construtora Ipanema do Tocantins LTDA, cadastrada sob o CNPJ 12.203.244/0001-50, com nome fantasia Construtora Ipanema, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, a Autorização Ambiental – AA para a atividade de Pátio de apoio a execução de obras sem tanque de combustível, no seguinte endereço Chácara nº 44, situado na margem da BR-153, antiga BR-14. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA/TO nº 07/2005 e no Decreto Municipal de Araguaína 176/2019 que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A empresa G CAVALCANTE GOIANO, cadastrada sob o CNPJ 01.502.822/0001-33, com nome fantasia LIMPA FOSSA PLANALTO, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, a renovação da Licença de Operação Prévia (LO), para os Serviços de coleta e transporte de efluentes de fossas sépticas, e efluentes orgânicos, no seguinte endereço R SANTA CRUZ, N 185, SETOR CENTRAL, ARAGUAINA-TO. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA/TO nº 07/2005 e no Decreto Municipal de Araguaína 176/2019 que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.

PUBLICAÇÃO

A VIDAL ALIMENTOS TO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ sob o n° 26.148.751/0001-43, com nome fantasia VIDAL ALIMENTOS, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Regularização - LAR para a atividade de - beneficiamento de arroz, no seguinte endereço Av. Rio Branco Qd 04 Lt 12,13 e 14 DAIRA CEP 77.813-847 Araguaína - To. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA/TO nº 07/2005 e no Decreto Municipal de Araguaína 176/2019 que dispõem sobre o Licenciamento Ambiental.